

Promovendo a liderança da mulher no governo local: Associações do governo local ajudam a mulher a realizar o desafio



Este estudo realça algumas das boas práticas emergentes da FCM e suas parceiras associações de governos locais, no melhoramento da liderança política e tomada de decisão da mulher no governo local. O documento faz parte de uma série de estudos temáticos que apoiam as actividades de capacitação das associações dos governos locais.

Secção 1: Perspectiva

A Federation of Canadian Municipalities (Federação de Municípios Canadenses) (FCM) é a voz nacional do governo municipal no Canadá. Com mais de 1750 membros, a FCM representa os interesses dos municípios no que respeita a assuntos políticos e programáticos que fazem parte da jurisdição federal. Membros incluem as maiores cidades do Canadá, pequenas comunidades urbanas e rurais e 18 associações municipais territoriais e provinciais.

A FCM usa o potencial da sua rede municipal na implementação de programas de capacitação em mais de 20 países na Ásia, África e Europa do Leste, América Latina e Caribe. Com apoio financeiro proveniente principalmente da Canadian International Development Agency (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) (CIDA), os programas internacionais da FCM ajudam governos locais em todo o mundo a desenvolver a sua capacidade de prestar serviços básicos, promover o crescimento económico e encorajar a participação de seus cidadãos.

As actividades do governo local afectam mulheres e homens de maneiras fundamentais à satisfação de suas necessidades básicas e qualidade de vida. Contudo, mulheres e homens não desfrutam de igual acesso a ou controle sob os serviços providenciados pelo governo local, porque as mulheres continuam a ser mal representadas na liderança e administração políticas a nível local. Não obstante, o governo local, sendo a ordem do governo mais chegada aos cidadãos, está na melhor posição de envolver mulheres e homens em decisões relacionadas com suas vidas.

Dada esta realidade, a FCM e as suas parceiras Associações de Governos Locais (LGAs) estão trabalhando para fortalecer a capacidade das suas próprias organizações de apoiar uma maior participação da mulher no governo local, como uma estratégia crítica para a mudança. Este estudo realça algumas das boas práticas emergentes da FCM e suas parceiras LGAs. O estabelecimento de comités permanentes ou sub-comités executivos sobre a participação da mulher no governo local é um modelo de sucesso para a mudança. Dentro destas estruturas, a FCM e seus parceiros têm vindo a advogar por uma legislação com fim de resolver a discriminação contra a mulher na esfera política, desenvolver programas e instrumentos para apoiar a mulher na altura das eleições, capacitar governos locais a avaliar a susceptibilidade de género das suas administrações, fornecer formação em género ao governo local e apoiar a partilha de conhecimento e colaboração a níveis nacional, regional e internacional.

Associações de governos locais são instituições chave responsáveis por servir e representar os interesses de seus membros – defendendo-os em relação a ordens mais altas do governo, em alguns casos edificando sua capacidade administrativa e de gestão e actuando como um núcleo de conhecimento sobre governo local. Elas têm também um papel importante no fortalecimento de políticas nacionais e sub-nacionais, estruturas institucionais e legais que apoiam um governo local democrático.



Ana Maria Encina, Presidente da Associação de Mulheres Conselheiras da Bolívia (ACOBOL), tem sido instrumental no desenvolvimento de legislação eleitoral nacional para pôr termo à discriminação contra a mulher e grupos de cidadãos envolvidos em política.

Secção 2: Introdução

Porque é a Igualdade da Mulher no Governo Local uma Questão Preocupante?

Apesar das mulheres perfazerem mais de 50 por cento da população mundial, elas continuam a ser mal representadas como eleitoras, líderes e como oficiais eleitas, incluindo a nível local. Como resultado, a mulher não tem igual influência sob decisões políticas que afectam as suas vidas. A participação da mulher no governo local pode ter uma influência particular no desenvolvimento local e nacional, assuntos globais e/ou sociais que afectam a vida diária de suas famílias, como cuidados de saúde, educação e infraestrutura.

Factores que limitam ou facilitam a participação da mulher em processos políticos – como eleitoras, defensoras, activistas e formuladoras de decisões – variam de acordo com circunstâncias sociais ou culturais, situação económica, geografia e contexto e sistemas políticos. Os factores comumente identificados como barreiras à participação da mulher incluem estereótipos de género e discriminação total, obstáculos pessoais como falta de confiança, papéis domésticos culturalmente prescritos, baixa educação sobre eleições, falta relativa de capital financeiro e sócio-económico da mulher, sistemas eleitorais ‘vencedor fica com tudo’ e instituições políticas que não são conducentes ao equilíbrio da vida familiar e pública.

Apesar de existir internacionalmente uma forte estrutura com base nos direitos, que apela pela igual participação da mulher e do homem na formulação de decisões políticas, incluindo a nível global, o progresso tem sido desigual e lento. Não obstante os vários compromissos feitos pela comunidade internacional para empoderar a mulher através de uma maior participação política desta (Plataforma de Acção de Beijing, ECOSOC, as Metas de Desenvolvimento do Milénio – veja caixa), a proporção média mundial de mulheres membros de legislaturas a nível nacional é de pouco mais de 17 por cento. Ruanda e

As Nações Unidas e a Participação Política da Mulher

As Nações Unidas têm sido uma forte apoiante de uma maior participação da mulher na elaboração de decisões políticas e estabeleceu uma série de metas, incluindo:

Uma resolução do **UN Economic and Social Council (Conselho Económico e Social das Nações Unidas) (ECOSOC)** em 1990 que recomendou metas para aumentar a proporção de mulheres em posições de liderança: 30% até 1995 e 50% até 2000.

A **Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing**, em 1995, relatou que pouco progresso tinha sido feito na realização das metas do ECOSOC e adoptou como objectivo estratégico: Tomar medidas para assegurar o igual acesso da mulher a estruturas de poder e tomada de decisões e sua total participação nelas. Acções específicas a serem realizadas pelo governo incluem: comprometer-se a estabelecer a meta de equilíbrio de género nos organismos e comités governamentais, assim como em entidades administrativas públicas, e na justiça, incluindo inter alia, estabelecendo metas específicas e

implementando medidas para aumentar substancialmente o número de mulheres com vista a alcançar igual representação de mulheres e homens, se necessário através de acção positiva, em todas as posições governamentais e públicas.

As **Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs)** adoptadas pelas Nações Unidas no ano 2000, são oito metas com prazos, para pôr termo à pobreza extrema até 2015. Enquanto que todas as MDGs estão directamente relacionadas com os direitos da mulher, a MDG3 especificamente exige que as nações apoiem a igualdade de género e o empoderamento da mulher. Enquanto que a meta é de eliminar a disparidade de género no alcance educacional, os indicadores para esta meta incluem não só a proporção de rapazes e raparigas a serem educados, mas também a percentagem de mulheres empregues no sector não agrícola e a proporção de assentos de mulheres nos parlamentos nacionais. Este último indicador reconhece a necessidade crítica da mulher de participar na tomada de decisões a nível político antes que a mudança em relação a esta meta seja totalmente alcançada.

os países Nórdicos estão quase equilibrados, mas a representação política nacional da mulher permanece baixa em outras regiões, particularmente no Meio Oriente e Norte de África. O mais encorajador é o progresso consistente na América Latina e no Caribe, onde as mulheres têm 20 por cento dos assentos no parlamento. No Canadá, as mulheres são menos de 22,1 por cento dos parlamentaristas na Câmara dos Comuns. No governo local, as mulheres perfazem 23 por cento dos conselhos municipais, de acordo com os resultados da mais recente eleição municipal, colhidos pela FCM.

Tem-se muitas vezes discutido que uma “massa crítica” de mais de 30 por cento de mulheres é necessária para que ocorram grandes mudanças de comportamento e de política, em instituições legislativas. Enquanto que as NU continuam a lutar pela paridade, existe uma necessidade urgente de atingir, pelo menos, o marco milário de 30 por cento, de modo a haver progresso. O governo local, em particular, oferece um importante ponto de partida para as mulheres que procuram representar a sua comunidade local a nível político.



Enquanto que a representação numérica da mulher em instituições políticas é crítica, não garante que a mulher tenha mais influência sob decisões políticas ou que os direitos da mulher e igualdade de género sejam incluídos em políticas e programas do governo. As iniciativas com objectivo de aumentar a participação e representação política da mulher devem ter em conta a necessidade de ir além dos números e assegurar resultados mais positivos para as mulheres. Estes resultados incluem fazer com que as vozes e perspectivas das mulheres

As Vozes das Mulheres Devem ser Ouidas para Assegurar Resultados Mais Positivos para as Mulheres

Durante a observação de uma reunião do conselho do governo local sobre prioridades de orçamento no Sri Lanka, uma conselheira da Cidade de Toronto, Pam McConnell, que estava no Sri Lanka a apoiar o trabalho da FCM, escutou os conselheiros homens que verificavam uma lista de itens requeridos pelos conselheiros, desde computadores a carros. A única mulher conselheira estava em silêncio até que Pam McConnell pediu que ela falasse. “Era bom se tivéssemos água canalizada no quarto da mãe”, disse a conselheira do Sri Lanka. Quando as mulheres permanecem invisíveis no governo municipal, o seu acesso aos mais simples serviços é restrito.



A Conselheira de Toronto, Pam McConnell (segunda a partir da esquerda), durante uma missão de monitoria no Sri Lanka para o Programa de Cooperação Municipal Sri Lanka/Canadá (2005-2009).

sejam ouvidas na tomada de decisões, e assegurar que os serviços satisfaçam as necessidades e interesses das mulheres assim como os dos homens. Na Bolívia, por exemplo, significou assegurar que os agregados familiares chefiados por mulheres sejam incluídos nos programas para tratar da subnutrição. No Canadá, significou resolver assuntos de segurança para mulheres no sistema de transporte público, através de paragens nocturnas ou acesso a telefones de emergência nas paragens de transportes públicos.

Aumentando o acesso da mulher a serviços e programas municipais

Mulheres e homens podem melhor cumprir com suas responsabilidades pessoais, familiares e comunitárias quando têm igual acesso a serviços e programas do governo local. É importante que os governos locais entendam os papéis e responsabilidades de género, para reconhecer os factores que afectam as relações de género, e para jogar um papel na promoção da igualdade de género, através de suas políticas e programas.

O acesso equitativo a programas e serviços a nível local começa com medidas que asseguram participação equitativa de mulheres e homens nos processos consultivos e na tomada de decisões do governo local. Homens e mulheres devem ser capazes de participar totalmente, permitindo a sua influência nos resultados dos processos de tomada de decisões e jogando um papel substancial na decisão sobre prioridades do governo local e distribuição de fundos públicos, de modo a reflectir as necessidades e aspirações de ambos homens e mulheres.

Secção 3: O Papel das Associações do Governo Local (LGAs) na Promoção da Igualdade de Género no Governo Local

As LGAs, como a Federation of Canadian Municipalities, têm um papel crítico a jogar na promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher. As LGAs actuam como voz e defendem o governo local a níveis nacional e internacional. Ao realizar o seu papel, as LGAs trabalham com e por conta dos seus membros para disseminar uma visão partilhada do governo local, onde as prioridades locais guiam as decisões políticas públicas, até ao nível nacional. As LGAs podem também ajudar a moldar o debate público sobre uma variedade de assuntos importantes aos governos locais, influenciar a política e prática no serviço público, apoiar inovação para ajudar os governos locais a encararem desafios futuros, apoiar responsabilidade democrática e liderança efectiva e alcançar melhores práticas no sector.

A FCM e as suas parceiras LGAs reconhecem que a igualdade de género forma uma parte integral do compromisso a longo prazo em melhorar o desempenho do governo local. Estão por isso a desenvolver uma capacidade permanente e em curso dentro de suas próprias associações, para assegurar uma maior voz para a mulher e para promover a igualdade da mulher no governo local, usando uma variedade de ferramentas, incluindo:

- Estabelecer e apoiar sub-comités executivos ou comités permanentes de mulheres nas LGAs com um mandato para fornecer liderança para aumentar o envolvimento político da mulher e

melhorar os resultados da igualdade de género no governo local. Estas estruturas podem fornecer à mulher oportunidades para comparar experiências, aprender com os esforços de cada uma e planejar acções conjuntas. Estes sub-comités executivos ou comités permanentes são uma característica permanente, em curso, da estrutura de governo das LGAs, aprovados pela associação, idealmente com apoio orçamental da LGA para apoiar a implementação de planos de acção;

- Desenvolver jogos de instrumentos sobre eleições e formação para mulheres para fornecer informação relevante às mulheres candidatas. Estes jogos de instrumentos têm o objectivo de aumentar a confiança das mulheres e suas chances de sucesso – e de encorajar o seu contínuo envolvimento no governo local. Os jogos de e formação cobrem questões como campanhas, requisitos legais, angariação de fundos e organização das campanhas eleitorais;
- Elevar a consciência sobre assuntos de género nos governos locais (ex: avaliação do governo local). A FCM e seus parceiros no Canadá e internacionalmente adoptaram uma série de estratégias para edificar apoio e capacidade para governos locais, que respondam às necessidades da mulher. As estratégias têm incluído consultas, grupos conselheiros especiais, encorajamento de oportunidades iguais de emprego e a provisão de serviços favoráveis à mulher;
- Criar programas-campeões onde mulheres proeminentes encorajam, treinam e defendem o envolvimento da mulher no governo local;
- Apoiar a capacitação e formação com base no género, sobre uma série de questões nos governos locais. Estes programas ajudam a melhoras capacidades para criar serviços e ambientes de trabalho favoráveis à mulher. No futuro, poderão ser incluídas mais dimensões técnicas como orçamento de governos locais responsivo ao género (veja caixa na página 9) e o uso de dados desagregados de género;
- Colaboração e partilha de conhecimento entre as mulheres na política ou interessadas em estar envolvidas em política (veja caixa na página 5 – O papel de capacitação da FCM); e
- Apoiar advocacia em questões de igualdade de género, como legislação para prevenir molestamento e discriminação da mulher, sistemas de cota ou códigos municipais que promovam igualdade de género, entre outros.

Esta abordagem consistente e programática na FCM e suas parceiras LGAs está mostrando resultados. O número de mulheres eleitas e nomeadas a nível local está a aumentar devagar mas é já uma realidade. Em muitos países existe uma crescente pressão para legislar a candidatura das mulheres, numa série de maneiras inovativas, incluindo exigências de que os partidos apresentem homens e mulheres candidatos. Isto é ajudado pelo crescente movimento a favor da descentralização de poder em muitos países. Mulheres líderes municipais estão a ganhar confiança e habilidades, em parte porque têm oportunidades criadas através da estratégia da FCM para trabalhar em conjunto, de modo a reforçar seus esforços. Como se pode esperar, as mulheres eleitoras vêem as mulheres oficiais locais como um importante apoio: a National Association of Local Authorities of Ghana (Associação Nacional de Autoridades Locais do Gana) (NALAG) relata que as mulheres sentem-se mais confortáveis em falar com mulheres representantes. O que é menos esperado é que as organizações que desejam trabalhar com mulheres vejam também as mulheres locais eleitas oficiais como modo de alcançar as mulheres efectivamente, tal

O papel de capacitação da FCM

A FCM não apenas trabalha para promover a igualdade da mulher no governo local nos municípios do Canadá, mas também incorpora igualdade de género como tema geral em todos os seus programas internacionais. Isto significa que os programas da FCM, que ajudam a fortalecer o governo local em todo o mundo, lutam pela distribuição justa e equitativa de recursos, oportunidades e benefícios entre mulheres e homens, incluindo grupos marginalizados. Ao integrar o tema de igualdade de género, os projectos tomam passos para edificar boas políticas e práticas de governo. A FCM's International Statement on Gender Equality (Declaração Internacional da FCM sobre Igualdade de Género) (2002, veja a próxima página) guia todos os seus programas.

Além de assegurar que a igualdade de género seja considerada em todas as decisões de seus programas, a FCM também leva a cabo programas com alvo no género, com o objectivo específico de edificar a capacidade de suas parceiras LGAs, de modo a aumentar a participação política da mulher no governo e administração dos seus respectivos governos locais. A FCM tem apoiado uma série de actividades de capacitação, incluindo:

- Apoiar o estabelecimento e operações de sub-comitês executivos permanentes de mulheres nas suas parceiras LGAs, que estão envolvidos no governo das associações;
- Facilitar a partilha de conhecimento, trazendo mulheres para o Canadá (ou de vários países e reuni-las) para trocar informação e ideias sobre as mesmas questões e desafios;
- Fornecer fundos para apoiar a reunião de mulheres líderes eleitas (Presidentes e Conselheiras) para trabalharem em assuntos nacionais de importância, o que tem levado a esforços de advocacia e mudança de políticas;
- Desenvolver publicações e recursos que promovam a igualdade de género e a liderança da mulher no governo local (veja a lista no fim do estudo);
- Facilitar o desenvolvimento e gestão de instrumentos de inclusão de género com alvo específico nos governos locais, tais como *Looking through the Gender Lens: Five Steps to Building Local Government Competencies and Capacities to Promote Gender Equality (Olhando Através das Lentes de Género: Cinco Passos para Desenvolver as Competências e Capacidades para Promover Igualdade de Género)*;
- Fornecer fundos e assistência técnica a seleccionadas LGAs para apoiá-las a lançar novas iniciativas em aumentar a participação da mulher no governo local. Os fundos têm sido usados para apoiar o desenvolvimento de planos nacionais de acção, formação em campanhas de eleição para mulheres e desenvolvimento de jogos de instrumentos; e
- Criar foros e redes de trabalho e colaboração, nacional, regional e globalmente. O African Local Governance

Program (Programa Africano de Governo Local) e o Municipal Partnership Program (Programa de Parceria Municipal) da FCM têm apoiado, conjuntamente, numerosas actividades de partilha de conhecimento e colaboração, incluindo quatro seminários regionais em África em 2005-2006, que originaram uma série de iniciativas como o lançamento do African Women in Local Government Network (Rede da Mulher Africana no Governo Local) (veja abaixo) e o Ghana Women and Leadership Forum (Foro da Mulher e Liderança do Gana)(2008), que reuniu líderes eleitas e pessoal de associações de diferentes países, incluindo alguns do Canadá, América Latina e Ásia, para trabalharem em questões semelhantes.

Através das suas várias actividades, a FCM assegura que as mulheres tenham oportunidades de participar activamente e partilhar o pódio. Ao desenvolver estas oportunidades em associações e reuniões profissionais existentes, a FCM concede uma maior visibilidade a questões de igualdade de género e apoia o desenvolvimento profissional da mulher envolvida no governo local.

O African Women in Local Government Network foi lançado durante o UN-Habitat's World Urban Forum 3 (Foro Mundial Urbano 3 das NU-Habitat) em Vancouver, sob os auspícios do African Local Governance Program da FCM. Esta rede inicialmente ligava mulheres presidentes de câmaras e conselheiras no Gana, Mali, Moçambique e Tanzânia e eventualmente expandiu-se para incluir mulheres de Burquina Faso, cuja associação nacional de governo local hospedou o primeiro encontro da rede depois do seu lançamento. A rede também partilha conhecimento e fornece apoio técnico a mulheres de outros países Africanos activamente envolvidas em governo local.



Participantes do primeiro encontro do African Women in Local Governance Network (Rede da Mulher Africana no Governo Local) em Burquina Faso, Dezembro de 2006.

Declaração Internacional da FCM sobre Igualdade do Género (2002)

As actividades dos governos municipais afectam ambos homens e mulheres de modo fundamental à satisfação de suas necessidades básicas e qualidade de vida. Contudo, mulheres e homens não desfrutam de igual acesso e controle a estes serviços básicos. A FCM Internacional apoiará acções específicas com objectivo de tratar de quatro dimensões da igualdade de género:

1. Acesso Equitativo à Liderança & Recursos Municipais:

A FCM Internacional irá activamente apoiar acções específicas e concretas com o objectivo de aumentar o número de mulheres servindo como oficiais eleitas e gestoras séniores.

2. Acesso Equitativo a Serviços e Programas Municipais:

A FCM Internacional irá activamente apoiar a participação da mulher no esboço e realização de programas e serviços de modo a assegurar que distintos papéis e

responsabilidades de género sejam reflectidos na formulação de prioridades municipais e no esboço e realização de serviços municipais.

3. Cultura Organizacional Sensível ao Género em Operações Municipais:

A FCM Internacional irá activamente apoiar administrações locais para assegurar uma maior sensibilização sobre o género na orientação de seus serviços, assuntos pessoais e políticas e no esboço e implementação de políticas de governo local.

4. Diálogo Político e Política de Influência:

A FCM Internacional estará activamente envolvida em discussões políticas e actividades de apoio que promovem a integração das dimensões de género em políticas a níveis local, nacional e global.

A FCM Internacional desenvolverá os esforços existentes de modo a continuar a integrar efectiva e totalmente as práticas de igualdade de género nos programas internacionais.

como a experiência da ACOBOL (veja o estudo na página 8). O ênfase da FCM de incluir mulheres nas delegações e em plataformas tem fornecido um avanço positivo e uma significativa oportunidade de aprendizagem para as mulheres.

Secção 4: Estudos

GANÁ – O Sub-Comité Executivo da Mulher da National Association of Local Authorities of Ghana (Associação Nacional de Autoridades Locais do Gana) (NALAG)

As mulheres líderes municipais no Gana tiraram vantagem de novas oportunidades para trabalharem juntas e organizarem-se através do African Local Governance Program (Programa Africano de Governo Local) (ALGP) da FCM. Em 2005, a FCM e seus parceiros Africanos concordaram em focar-se na igualdade de género e aumentar a participação da mulher no governo local, no contexto de trabalharem para alcançarem as Metas de Desenvolvimento do Milénio relacionadas com a mulher (veja caixa na página 3). As mulheres líderes do Gana tomaram parte de quatro seminários regionais apoiados pelo ALGP (2005-2006), que capacitaram mais de 150 mulheres e homens líderes municipais de quatorze países Africanos a colaborarem e partilharem conhecimento sobre igualdade de género e outras questões, assim como trabalharem em conjunto para desenvolver um instrumento para apoiar a inclusão do género nos governos locais, que foi então pilotado, avaliado e refinado. Através do ALGP, as mulheres líderes do Gana foram também convidadas para participar da conferência anual da FCM em 2005, onde se encontraram membros do Standing Committee on Increasing Women's Participation in Municipal Government (Comité Permanente sobre a Crescente Participação da Mulher no Governo Municipal) da FCM, assim como grupos

O African Local Governance Program (ALGP, 2002-2007) era um programa fundado pelo governo do Canadá, através da Canadian International Development Agency (CIDA), que apoiava o governo local e o processo de descentralização em África, em quatro áreas chave:

- desenvolvimento de políticas nacionais sobre governo local e descentralização;
- capacidade municipal local para facilitar a prestação de serviços em áreas tais como água, saneamento, saúde e desenvolvimento económico local;
- participação pública e acesso ao governo; e,
- fortalecimento de instituições e redes de colaboração Africanas trabalhando em governo local para melhor servirem as necessidades de seus distritos eleitorais;

Os parceiros de implementação do ALGP incluíam associações nacionais de autoridades locais/municípios em quatro países em África (Gana, Mali, Tanzânia e Moçambique), assim como duas organizações regionais de assistência técnica e o organismo continental representando as autoridades locais em África. Estas LGAs nacionais nestes quatro países continuam a ser parceiros centrais do programa internacional da FCM.

locais de mulheres e líderes municipais, e representantes responsáveis por programas de mulheres do governo do Canadá. Durante os seus encontros no Canadá, a delegação do Gana relatou que apenas 5% dos oficiais do governo local são mulheres e que os Presidentes das Câmaras Municipais são nomeados pelo Presidente e não eleitos. O sub-comité executivo da mulher a nível nacional no Gana requereu uma maior proporção de mulheres que nomeiam, relatando que a selecção de candidatos potenciais por painéis de entrevista compostos por apenas homens, resultaram na injusta consideração das mulheres. Apesar dos seus requisitos não terem sido sucedidos a curto prazo, o sub-comité foi encorajado por uma resposta positiva dos meios de comunicação em relação ao seu objectivo de aumentar a representação da mulher no governo local.

As oportunidades de aprendizagem e experiência fornecidas através da ALGP ajudaram as mulheres do Gana a desenvolver ideias para acções que poderão ser tomadas no seu próprio país para aumentar a participação da mulher no governo local. Com o apoio financeiro e técnico através do programa internacional da FCM, elas estabeleceram um sub-comité executivo formal de mulheres como parte da NALAG. O sub-comité executivo teve a aprovação oficial da associação e um lugar para se estabelecer nos seus escritórios locais. Antes das eleições locais em 2006, o sub-comité executivo organizou sessões de formação para mulheres que desejavam posições no governo local, encorajou mulheres a candidatarem-se e angariou fundos com sucesso para apoio financeiro de mulheres candidatas. Como resultado destes esforços, mais de 4000 mulheres candidatas foram inspiradas a candidatar-se. Essas eleições mais do que duplicaram o número de mulheres eleitas para o governo local, para 10,7 por cento do total e deram coragem e publicidade a mulheres no governo local.

Água potável para beber, segurança e apoio à geração de rendimento através da provisão de mercados e empréstimos foram exigências chave das mulheres do Gana às suas candidatas do governo local, durante a campanha de 2006. A maior representação de mulheres no governo local resultou na requisição por parte da NALAG destas exigências em orçamentos locais.

Partilhando Conhecimento – Relatório de Ruanda Mostra Porque é que a Liderança Política da Mulher é Importante

Como parte dos seminários apoiados pelo ALGP, os participantes de Ruanda elaboraram um relatório que descobriu que as mulheres acham mais fácil comunicar com mulheres oficiais locais, e as mulheres oficiais tendem a atrair mais mulheres às suas reuniões de comunidade. Além disso, quando as mulheres oficiais têm responsabilidades que incluem assuntos como juventude, desportos, saúde ou cultura, elas são capazes de expandir suas capacidades – e aumentar a visibilidade de suas comunidades através de seu trabalho com uma mais larga porção de cidadãos, oficiais eleitos e funcionários públicos.



A NALAG hospedou o Ghana Women and Leadership Forum (2008), que reuniu mulheres eleitas líderes de África e outros países, incluindo algumas do Canadá, América Latina e Ásia. À esquerda está a Conselheira Guylaine Lejeune (Sept-Îles, Quebec) com Jane Edna Nyame, presidente do Sub-Comité Executivo da Mulher da NALAG, durante as cerimónias de encerramento.

Dentro da própria NALAG, as eleições de 2007 para o Conselho mais do que duplicaram o número de mulheres representadas e uma mulher foi eleita vice-presidente. A NALAG também alterou a sua constituição para assegurar a paridade de género entre os seus oficiais sêniores, de modo a que se um homem fôr eleito presidente, uma mulher ocupará o cargo de vice-presidente e vice-versa. O número de mulheres nomeadas como delegadas em missões oficiais aumentou grandemente, pois a NALAG agora tem o objectivo de equilibrar o número de mulheres e homens em tais delegações e no pódio.

Durante as eleições nacionais do Gana em 2008/09, o sub-comité executivo da mulher da NALAG e outros grupos de mulheres do Gana, pressionaram com sucesso todos os partidos para incluírem o avanço da mulher nos seus manifestos. Como resultado, o novo Presidente eleito prometeu que 40% dos seus nomeados para o governo local serão mulheres.

O sub-comité executivo de mulheres da NALAG continua a realizar encontros de mulheres eleitas oficiais e participa activamente no African Women in Local Government Network. A NALAG inspirou o estabelecimento de um sub-comité executivo formal no Mali (veja a página 8) e a sua liderança abriu caminho para a formação de mais sub-comités executivos em outros países parceiros da FCM em África, incluindo Tanzânia e Burquina Faso. O sub-comité executivo sente que existe um crescente interesse de mulheres no governo local e espera ainda mais sucessos com os novos membros do sub-comité executivo de mulheres e na próxima ronda de eleições locais.

MALI – A Association des Municipalités du Mali (Associação das Municipalidades do Mali)(AMM)

A igualdade de género tem sido uma prioridade da Association des Municipalités du Mali (AMM) desde 2004, mas até 2006 as actividades para promover a igualdade da mulher no governo local estavam relativamente desintegradas. Tudo mudou depois do lançamento do African Women in Local Government Network em 2006 durante o World Urban Forum 3 das NU-Habitat em Vancouver, sob os auspícios do African Local Governance Program da FCM (veja a caixa página 6). As mulheres do Mali que nele participaram foram inspiradas pelas suas contrapartes do Gana, o que catalizou a criação do seu próprio sub-comité executivo da mulher da AMM.

Em Dezembro de 2006, com apoio financeiro da FCM, 600 das 720 mulheres oficiais municipais de todas as regiões do Mali reuniram-se para formar o sub-comité executivo da mulher da AMM. O sub-comité executivo estabeleceu uma estrutura (Presidente, Secretária-Geral, e pontos focais em cada uma das oito regiões do país e um na capital, Bamako) e um secretariado para apoiar o seu trabalho. Com uma estrutura formal para guiar a sua contribuição à igualdade de género, o sub-comité executivo da mulher da AMM tem estado a trabalhar com o governo central sobre as dimensões municipais das questões de igualdade de género, particularmente na luta contra a pobreza e o direito da mulher de possuir propriedade.

A existência do sub-comité executivo permite também que mulheres representantes municipais participem mais proeminentemente em foros regionais e globais através dos quais aprendem das experiências de mulheres de outros países e outras partes do mundo. As membros do sub-comité executivo usaram a reunião mais recente da African Women in Local Government Network, realizada no Gana em Setembro de 2008, para comunicar e fortalecer o seu próprio trabalho. Esta reunião incluiu também algumas LGAs parceiras da FCM, da América



A Madame Konté Doumbia Fatoumata, falando durante o World Urban Forum 3 das NU-Habitat em Junho de 2006. Na altura ela era a Secretária-Geral da AMM e Presidente da Câmara Municipal – Comuna I. Depois do lançamento da AWLGN, a AMM criou o seu próprio sub-comité executivo permanente da mulher.

Latina e Ásia, expandindo ainda mais as oportunidades de partilha de conhecimento.

No primeiro trimestre de 2009, o sub-comité executivo organizou seminários de formação para mulheres que desejavam candidatar-se às eleições municipais de Abril de 2009. O sub-comité executivo adaptou o *Election Toolkit for Women (Conjunto de Instrumentos de Eleições para Mulheres)* da FCM ao contexto do Mali, de modo a apoiar a formação que cobriu elementos essenciais de campanhas, incluindo habilidades de apresentação, colaboração e angariação de fundos. O sub-comité executivo está também a lutar por uma legislação que irá garantir 30% das posições municipais às mulheres, e um esboço-lei está actualmente a ser considerado pela legislatura do Mali. As membros do sub-comité executivo dizem que a prova da sua efectividade irá transparecer nas eleições municipais de 2009, a primeira ronda de eleições desde a formação do sub-comité executivo. Se mais mulheres participarem e mais mulheres forem eleitas, o sub-comité executivo irá celebrar esse sucesso e duplicar seus esforços em nome de suas eleitoras.

BOLÍVIA – A Associação de Mulheres Conselheiras da Bolívia (ACOBOL)

A Associação de Mulheres Conselheiras da Bolívia foi estabelecida para desenvolver, apoiar e promover mulheres líderes. As mulheres estavam ausentes na estrutura do governo municipal na Bolívia. Pesquisas realizadas pela ACOBOL concluíram que:

- Os Bolivianos acreditam que há discriminação de género e que isto é um problema sério;
- Em reuniões municipais há cerca do dobro de homens em relação a mulheres participantes;
- Existe uma significativa lacuna em termos de apresentação de pedidos à municipalidade, o que é uma variável ainda mais importante do que a participação nas reuniões.

Para lidar com esta série de questões, a ACOBOL seguiu um número de estratégias diferentes ao longo dos anos, e tem sido apoiada consistentemente pela FCM desde 2002. A ACOBOL foi instrumental no desenvolvimento de legislação eleitoral de 'acção afirmativa', A lei de Grupos de Cidadãos e Povos Indígenas, que promove a participação de grupos de cidadãos e de povos indígenas, assim como mulheres. A Lei exige que 30 por cento dos candidatos de cada partido político sejam mulheres. A proporção de mulheres conselheiras eleitas aumentou de cerca de 18% em 1991 para 46% em 2004, devido à implementação da lei eleitoral. Contudo, esta lei não se aplica a candidatos à presidência dos municípios e apenas 4 por cento dos presidentes de câmaras municipais na Bolívia são mulheres.

O número de mulheres no governo não é a única medida do sucesso da ACOBOL. A associação deseja melhorar a participação de mulheres em assuntos municipais e assegurar que o governo local beneficie tanto mulheres como homens. Para assegurar sucesso, a ACOBOL realizou programas de formação para todos os conselheiros municipais, entre 2000 e 2004, com o objectivo de produzir planos operacionais através de gestão municipal participativa. A igualdade de género foi uma dimensão integral da formação através de:

- Apoiar uma cultura política e cidadãos que reconhecem igualdade como um valor;



Membros da ACOBOL participando na conferência anual da FCM na Cidade do Quebec em 2008, uma troca de experiências que capacitou as duas associações a partilharem conhecimento sobre os seus respectivos esforços no aumento da participação política da mulher no governo local.

- Promover mais participação e maior poder da mulher e o exercício de cidadania responsável;
- Desenvolver a capacidade de homens e mulheres eleitos para entender e tratar de necessidades estratégicas da mulher e integrar esta aprendizagem nas suas tomadas de decisão; e,
- Trabalhar em direcção a práticas de gestão municipal que combatam a desigualdade de género e exclusão social de modo a assegurar maior desenvolvimento sustentável.

De modo a diminuir a discriminação de género nas operações do governo municipal, a ACOBOL embarcou num programa de orçamento responsivo ao género que procura identificar recursos distribuídos para beneficiar mulheres e para aumentar a igualdade de género. Mesmo com um processo claro para assegurar que os orçamentos contribuam para a participação de mulheres e homens e para a igualdade de género, a ACOBOL descobriu que eram necessárias iniciativas adicionais.

Os membros da ACOBOL trabalharam com sucesso com o Ministério Nacional das Finanças, em 2005, para assegurar o financiamento de orçamentos municipais para actividades de igualdade de género. Subsequentemente, a ACOBOL encorajou mulheres a requererem financiamento para serviços relevantes, organizou consultas em preparação para tais pedidos e compilou e publicou uma selecção das propostas resultantes. O sentimento era de que encorajar os municípios a comparar o seu desempenho e a aprender de melhores práticas iria fortalecer o orçamento de género. A ACOBOL decidiu medir e publicar o quanto os orçamentos estavam a beneficiar mulheres assim como homens, usando indicadores como a percentagem de recursos dirigidos a projectos, actividades e programas de género do orçamento municipal total, e a existência de uma resolução municipal sobre investimento e equidade de género, entre outros.

Os membros da ACOBOL estão comprometidos a melhorar o governo municipal para todos os cidadãos – mulheres e homens. Este processo provou ser arriscado. As mulheres conselheiras são ameaçadas, intimidadas e atormentadas, especialmente em áreas rurais, a tal ponto que a ACOBOL tem vindo a fazer pressão por uma lei federal que limite violência e intimidação de oficiais municipais.

“Eles trancaram-me num quarto, agrediram-me e com uma arma apontada, mandaram-me assinar uma carta de demissão.”

–Testemunho colhido pela ACOBOL

Uma lei-esboço preparada pela ACOBOL para lidar com intimidação e violência de género no sector político, faz da Bolívia um líder entre os países da América Latina, onde as queixas são frequentes mas não existem penalidades legais. O esboço de legislação está no momento a ser detalhadamente revisto pela Câmara Boliviana de Deputados e Senado e tem obtido extrema aprovação. Para chegar a este ponto, a ACOBOL documentou o problema, realizou seminários para publicar e validár suas averiguações e desenvolveu o esboço de legislação. Os membros da ACOBOL também trabalharam de perto com legisladores e a Comissão Política Social da Câmara de Deputados, assim como com os meios de comunicação para promover a adopção da legislação.

Apesar dos membros da ACOBOL sentirem que o seu trabalho ainda não está completo, estão orgulhosos das suas realizações e da sua contribuição para um melhorado governo local democrático para mulheres e homens dos municípios da Bolívia.

O que é um Orçamento Responsivo ao Género?

“Fazer um Orçamento Responsivo ao Género (GRB) é assegurar que os orçamentos do governo e as políticas e programas nele incluídos, incluam as necessidades e interesses de indivíduos que pertençam a diferentes grupos sociais. Deste modo, o GRB concentra-se em predisposições que podem surgir por uma pessoa ser homem ou mulher, mas ao mesmo tempo considera a desvantagem sofrida como resultado de etnia, casta, classe ou estado de pobreza, localização e idade. O GRB não significa orçamentos separados para homens e mulheres, nem orçamentos divididos igualmente. Significa determinar onde as necessidades de homens e mulheres são as mesmas, e onde diferem. Onde as necessidades são diferentes, as distribuições também devem ser diferentes.”

Debbie Budlender, da UNIFEM, 2006
<http://www.gender-budgets.org/>

CANADÁ – A Federation of Canadian Municipalities (FCM)

Como os outros países descritos neste estudo, o Canadá tem também uma pequena percentagem de mulheres eleitas como oficiais do governo local – 23 por cento, de acordo com os mais recentes resultados das eleições municipais realizadas em todo o país. A habilidade dos municípios de incluir mulheres nos seus processos consultivos e considerar os interesses e perspectivas das mulheres varia grandemente entre eles e até entre departamentos de um dado município.

A FCM começou a tomar um papel de liderança no melhoramento da igualdade de género no governo local em 2002, quando criou a FCM Task Force on Issues for Canadian Women in Municipal Government (Organismo da FCM sobre Questões da Mulher Canadense no Governo Municipal). Nesse mesmo ano, a Task Force supervisionou e participou no International Knowledge Sharing Workshop on Gender Equality and Local Governance da FCM (Seminário da FCM de Partilha Internacional de Conhecimento sobre Igualdade de Género e Governo Local), que concluiu: “...os problemas que as mulheres encaram são os mesmos tanto no Canadá como em países em desenvolvimento.”

Um dos resultados do seminário, um projecto de pesquisa financiado pelo Canada – Status of Women – sobre a participação da mulher na tomada de decisões nos municípios, para ver como a voz da mulher em assuntos municipais poderia ser fortalecida, foi implementado em duas fases. A primeira fase do projecto avaliou Municípios Canadenses numa série de dimensões relacionadas com a prática municipal em incluir a mulher. Selecionou também seis locais de pesquisa (Cowichan Valley BC, Saskatoon Sask., Thunder Bay Ont., Montreal Que., Halifax NS, e Iqaluit, Nun.) para falar com mais de 600 mulheres sobre suas prioridades municipais e como elas poderiam tornar-se mais activamente envolvidas. A pesquisa descobriu que a mulher está mal representada na maioria dos processos municipais e que o Canadá, em comparação com outros países, estava a perder terreno nesta área. O estudo, publicado em Junho de 2004, identificou significativas barreiras à participação da mulher, especialmente para mulheres marginalizadas e descobriu que poucos municípios tinham parcerias com organizações de mulheres – um ‘recurso não usado’, concluiu o estudo. Os resultados e recomendações completos do estudo foram publicados juntamente com um jogo de recursos chamado *Increasing Women’s Participation in Municipal Decision Making: Strategies for More Inclusive Canadian Communities*. (Aumentando

a Participação da Mulher na Tomada de Decisão a Nível Municipal: Estratégias para Comunidades Canadenses mais Inclusas). A FCM tem também produzido e partilhado extensivamente materiais relacionados, tais como *A City Tailored to Women (Uma Cidade Moldada à Mulher)*, desenvolvido conjuntamente com a Cidade de Montreal.

A segunda fase do projecto tinha vários objectivos, incluindo: realçar a necessidade de acção para que mais mulheres sejam eleitas ao governo local e também preparar o terreno para que grupos locais se envolvam no assunto, promovam compreensão local e origem mudança em cada comunidade. Havia duas principais componentes nesta fase: uma visita de mobilização e uma série de 10 seminários. O objectivo da visita era de desenvolver apoio para aumentar a participação política da mulher usando os meios de comunicação para sensibilizar e construir redes locais para a mudança. Os seminários foram realizados em comunidades rurais e urbanas por todo o Canadá e pediu-se aos participantes – mais de 400 mulheres e homens de uma extensa variedade de grupos comunitários – que considerassem as barreiras à participação da mulher e que discutissem e definissem maneiras de as superar. As suas ideias foram compiladas no relatório da FCM de 2006, *Getting to 30% by 2026 (A caminho dos 30% até 2026)*, que é um plano de mobilização comunitária que fornece dicas e estratégias para conselhos municipais que queiram encorajar as mulheres a se envolverem no governo local.

Os resultados da pesquisa financiada pelo Canada – Status of Women – colheu uma maior compreensão da contínua disparidade entre a participação da mulher e homem no governo local e preparou o terreno para o estabelecimento formal do Standing Committee on Increasing Women’s Participation in Municipal Government da FCM, em 2005. Desde então, o comité tem realizado activamente uma série de actividades para aumentar a liderança e voz da mulher no governo local.

Por exemplo, o comité preparou um recurso para encorajar as mulheres a candidatarem-se ao governo municipal, o *Election Toolkit for*



Representantes da FCM e partes interessadas dos projectos no lançamento do projecto Status of Women (Estado da Mulher), financiado pelo Canadá, sobre o aumento da participação da mulher na tomada de decisões a nível municipal.

Status of Women Canada (Estado da Mulher Canadá) (SWC) é uma organização do governo federal que promove a total participação da mulher na vida económica, social e democrática do Canadá. A SWC trabalha para promover igualdade para a mulher e remover as barreiras da participação da mulher na sociedade, colocando ênfase particular no aumento da segurança económica da mulher e eliminação da violência contra a mulher. Veja o site <http://www.swc-cfc.gc.ca> para mais informação.

Women: The Candidate's Guide to Municipal Elections (Conjunto de Instrumentos de Eleições para Mulheres: O Guia da Candidata para as Eleições Municipais), que foi publicado na conferência anual da FCM na Cidade do Quebec, em 2008. A meta é de aumentar a percentagem de mulheres no governo local para 30 por cento do número total de conselhos municipais até ao ano 2026. “não é só sobre estar no conselho”, notou a Conselheira Pam McConnell (Toronto, Ont.). “É também sobre estar confiante que nós podemos contribuir e que temos o apoio para fazer ouvir as nossas preocupações sobre os orçamentos. É interessante que a economia é sempre vista como o mundo dos homens. Na maioria das nossas vidas, é a mulher que faz os dólares nas suas casas, que vão desde pagar a renda até dar de comer aos filhos.”

O conjunto de instrumentos cobre factores a considerar ao decidir a candidatura ao governo, o contexto legal e os elementos principais de uma campanha. “Os primeiros passos para uma pessoa se envolver na política podem ser assustadores,” de acordo com a Conselheira Suzanne Anton (Vancouver, BC). A Conselheira Pam McConnell concorda. “Nós ouvimos uma frase comum por parte das mulheres,” disse ela. “Quero muito candidatar-me para as eleições, mas não tenho as ferramentas, dinheiro ou conexões que os homens têm.” O guia ajuda a desmistificar o processo da campanha de eleição, O conjunto de instrumentos tem sido bem recebido pelas contrapartes da FCM no Mali também, onde tem sido adaptado ao contexto local.

O comité lançou também a Regional Champions Campaign (Campanha Regional dos Campeões) em Junho de 2008, continuando seus esforços para alcançar a meta de 30 por cento de mulheres eleitas aos conselhos municipais no Canadá até ao ano 2026. Esta campanha consiste em criar uma rede nacional de campeões regionais que trabalharão dentro e além das suas respectivas comunidades para recrutar, encorajar, apoiar e formar mulheres que estejam interessadas em entrar para a política local. A FCM apoia esta iniciativa fornecendo materiais de recurso; promovendo a campanha através de meios de comunicação local e nacional e coordenando a troca de informação entre os grupos campeões regionais no site da internet da FCM.

CONCLUSÃO

Ao encorajar mais mulheres a candidatarem-se ao governo local, a FCM e seus parceiros das associações de governos locais estão construindo uma fundação para melhorar o acesso equitativo da mulher a serviços locais. Uma vez eleitas, as mulheres necessitam, de capacidades – de ouvir, falar, negociar, colaborar e alcançar o potencial da sua posição para beneficiar todos os seus eleitores. As mulheres (particularmente mulheres jovens) frequentemente sentem uma falta de respeito comparado aos seus colegas homens, e muitas vezes encaram barreiras em serem nomeadas a posições de alto perfil, comités e outros.

A estratégia geral de igualdade do género da FCM capacita a mulher – de Kamloops a Kathmandu – a construir seu *momentum* colectivo para melhores resultados municipais. O processo de desenvolver a capacidade da mulher para exercer liderança leva tempo, como evidenciado pelo progresso das associações mencionadas neste documento. A partilha de conhecimento e desenvolvimento de capacidades apoiadas pela participação em conferências e encontros

nacionais, regionais e globais, joga um papel importante no desenvolvimento das capacidades de liderança e confiança da mulher. Ao realizar e apoiar o trabalho de sub-comités executivos permanentes de mulheres, que são características centrais de associações nacionais do governo local, a FCM está aumentando as expectativas para uma sustentável e efectiva participação da mulher no governo local que levará a políticas, programas e serviços mais inclusos.

RECURSOS

Os recursos da FCM disponíveis através do seu site (www.fcm.ca) incluem:

A City Tailored to Women: The Role of Municipal Governments in Achieving Gender Equality, FCM and Femmes et ville, Montreal, 2004.

The Election Toolkit for Women: The Candidate's Guide to Municipal Elections, FCM, June 2008.

Gender Equality & Local Governance: Canadian Municipal Government Initiatives, FCM, September 2002.

Getting to 30% by 2026. FCM, June 2006.

I'm A Regional Champion: Now What? FCM, June 2008.

Increasing Women's Participation in Municipal Decision Making: Strategies for More Inclusive Canadian Communities, Resource Kit, FCM, September 2004.

FCM-INTERNATIONAL Statement on Gender Equality and Local Governance, FCM, 2004.

Local Government Participatory Practices Manual, FCM, 2007.

Tools to Support Environmental Sustainability, Gender Equality and Social Cohesion, FCM, 2008.

Looking through the Gender Lens: Five Steps to Building Local Government Competencies and Capacities to Promote Gender Equality, FCM, 2006.



Contacto

Para mais informação, contacte
international@fcm.ca.

Federation of Canadian Municipalities

24 Clarence Street
Ottawa, Ontario, CANADA K1N 5P3
Tel.: 613-241-5221
Fax: 613-241-7117
www.fcm.ca

Esta publicação foi realizada com o apoio financeiro do Governo do Canadá, fornecido através da Canadian International Development Agency (CIDA).